

Relatório de Iniciativas 2021 e 2022 (primeiro semestre)





IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DO TRT DA 18ª REGIÃO

MISSÃO

REALIZAR JUSTIÇA, NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO, CONTRIBUINDO PARA A PAZ SOCIAL E O FORTALECIMENTO DA CIDADANIA.

VISÃO

SER RECONHECIDA PELA SOCIEDADE COMO INSTRUMENTO DE JUSTIÇA EFETIVA, ÁGIL E COMPROMETIDA COM A GARANTIA DOS DIREITOS DE TODOS OS ENVOLVIDOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO, COM VISTAS À PACIFICAÇÃO SOCIAL E AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PAÍS.

VALORES

ÉTICA, AGILIDADE, TRANSPARÊNCIA, VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS, EFETIVIDADE, SEGURANÇA JURÍDICA, RESPEITO À DIVERSIDADE, ACESSIBILIDADE, EFICIÊNCIA, INOVAÇÃO, SUSTENTABILIDADE, COMPROMETIMENTO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.

MISSÃO

Realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania

VISÃO DE FUTURO

Ser reconhecida pela sociedade como instrumento de justiça efetiva, ágil e comprometida com a garantia dos direitos de todos os envolvidos nas relações de trabalho, com vistas à pacificação social e ao desenvolvimento sustentável do país

SOCIEDADE

PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL E COMUNICAÇÃO

FORTALECER A COMUNICAÇÃO E AS PARCERIAS INSTITUCIONAIS

PROMOVER O TRABALHO DECENTE E A SUSTENTABILIDADE

VALORES

Ética, acessibilidade, agilidade, eficiência, transparência, inovação, valorização das pessoas, sustentabilidade, efetividade, comprometimento, segurança jurídica, respeito à diversidade e participação social

PROCESSOS INTERNOS

GOVERNANÇA E GESTÃO

FORTALECER A GOVERNANÇA E A GESTÃO ESTRATÉGICA

PROMOVER A INTEGRIDADE E A TRANSPARÊNCIA EM RELAÇÃO AOS ATOS DE GESTÃO PRATICADOS

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

GARANTIR A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO

GARANTIR A EFETIVIDADE DO TRATAMENTO DAS DEMANDAS REPETITIVAS

ASSEGURAR O TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

PESSOAS

INCREMENTAR MODELO DE GESTÃO DE PESSOAS EM ÂMBITO NACIONAL

ORÇAMENTO

APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

TECNOLOGIA

APRIMORAR A GOVERNANÇA DE TIC E A PROTEÇÃO DE DADOS

INTRODUÇÃO

De olho na estratégia 2021/2026, definida no [Plano Estratégico do TRT-18](#), e em observância ao [Plano de Gestão 2021/2023](#), o Tribunal executou, no ano de 2021 e no primeiro semestre de 2022, inúmeras iniciativas que contribuíram para o alcance dos seus objetivos estratégicos e para o cumprimento da sua missão institucional. Neste relatório, estão consolidadas aquelas mais relevantes, mostrando o desempenho do Tribunal e os resultados alcançados.

INICIATIVAS QUE CONTRIBUEM COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO TRT DA 18ª REGIÃO

INCREMENTAR MODELO DE GESTÃO DE PESSOAS EM ÂMBITO NACIONAL

INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Projeto-Piloto Desenvolvendo Competências na 18ª - Expansão 2021 – Eixos: Pessoas” e “Apoio Judiciário”.	Determinadas as competências necessárias para cada posto de trabalho (matriz de competências); Avaliadas as competências individuais dos servidores; e Disponibilizados os resultados da avaliação individual e das equipes e consequentemente as lacunas de competências das unidades, fornecendo subsídios para diversos processos interligados, como construção do PAC Plano Anual de Capacitação, realocação interna e apoio na tomada de decisões do gestor.
Ação de atenção e acolhimento de magistrados e servidores em licenças de saúde prolongadas, acima de 90 dias.	Aprimorar a gestão da saúde de magistrados e servidores.
Aplicativo Conte Conosco.	Aproximação da Gerência de Saúde com magistrados e servidores e ampliação dos canais de comunicação com a saúde.
Painel de Gestão de Saúde (BI).	Maior transparência dos dados da Saúde, dados de maior qualidade e confiabilidade, bem como acesso instantâneo e facilitado às informações.
Módulo de designação de magistrados (Sistema de Gestão de Magistrados).	Maior transparência nas designações feitas pelo NGMag, de forma a possibilitar aos magistrados que atuam na condição de volantes regionais fiscalizar a observância ao critério de antiguidade e alternância, além de contribuir para a agilidade e impessoalidade nas designações.

Programa de Formação Inicial de Servidores.

Entrega dos cursos: Conhecendo o TRT-18; O Servidor do TRT-18; e Tecnologia da Informação e Sistemas Básicos, como parte da primeira etapa do Programa de Formação Inicial de Servidores.

Regulamentação de obrigatoriedade de cursos de Desenvolvimento Gerencial para gestores.

Confecção da RA 57/2022, a qual estabelece que a partir de 1º de janeiro de 2023 os(as) servidores(as) ocupantes de cargos de natureza gerencial deverão comprovar a realização do mínimo de 30 (trinta) horas em cursos de desenvolvimento gerencial.

Reestruturação do Núcleo de Saúde

Maior integração entre as diferentes áreas técnicas.



Elaboração, aprovação e publicação do COLABORA - Plano de Contribuição da Gestão de Pessoas 2021/2023 ([Portaria TRT 18ª SGP/SGGOVE/SGPE nº 1137/2021](#))

Aos moldes do Plano de Contribuição do biênio anterior, foram construídas iniciativas, indicadores e metas para a atuação da Gestão de Pessoas no biênio 2021/2023, o que permite direcionamento uniforme das unidades envolvidas, bem como avaliação e monitoramento das ações, fortalecendo a Governança de Pessoas do TRT da 18ª Região.



Instituição da Política de Sucessão do TRT da 18ª Região - [RA 133/2021](#)

Princípios e diretrizes que embasam o Plano de Desenvolvimento de Sucessão, o Programa de Sucessão, e suas correspondentes ações no âmbito do TRT-18, para os postos de trabalho gerenciais e críticos.



Adequações à nova norma do Teletrabalho - [RA 56/2022](#)

Revisão e atualização de procedimentos, a fim de dar suporte a magistrados e servidores para as novas realidades de teletrabalho - estabelecida pela RA nº 56/2022. Foram feitas campanhas na intranet contendo dicas para melhorar a qualidade do teletrabalho, incluindo a elaboração de planos de trabalho.

CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

Considerando a importância estratégica da Escola Judicial, de forma a contribuir com a missão do TRT da 18ª Região, todas as ações formativas promovidas pela EJUD 18 (eventos internos e externos) estão sendo realizadas em alinhamento com o Plano Estratégico 2021/2026 e com o Plano de Gestão 2021/2023, nas seguintes proporções:

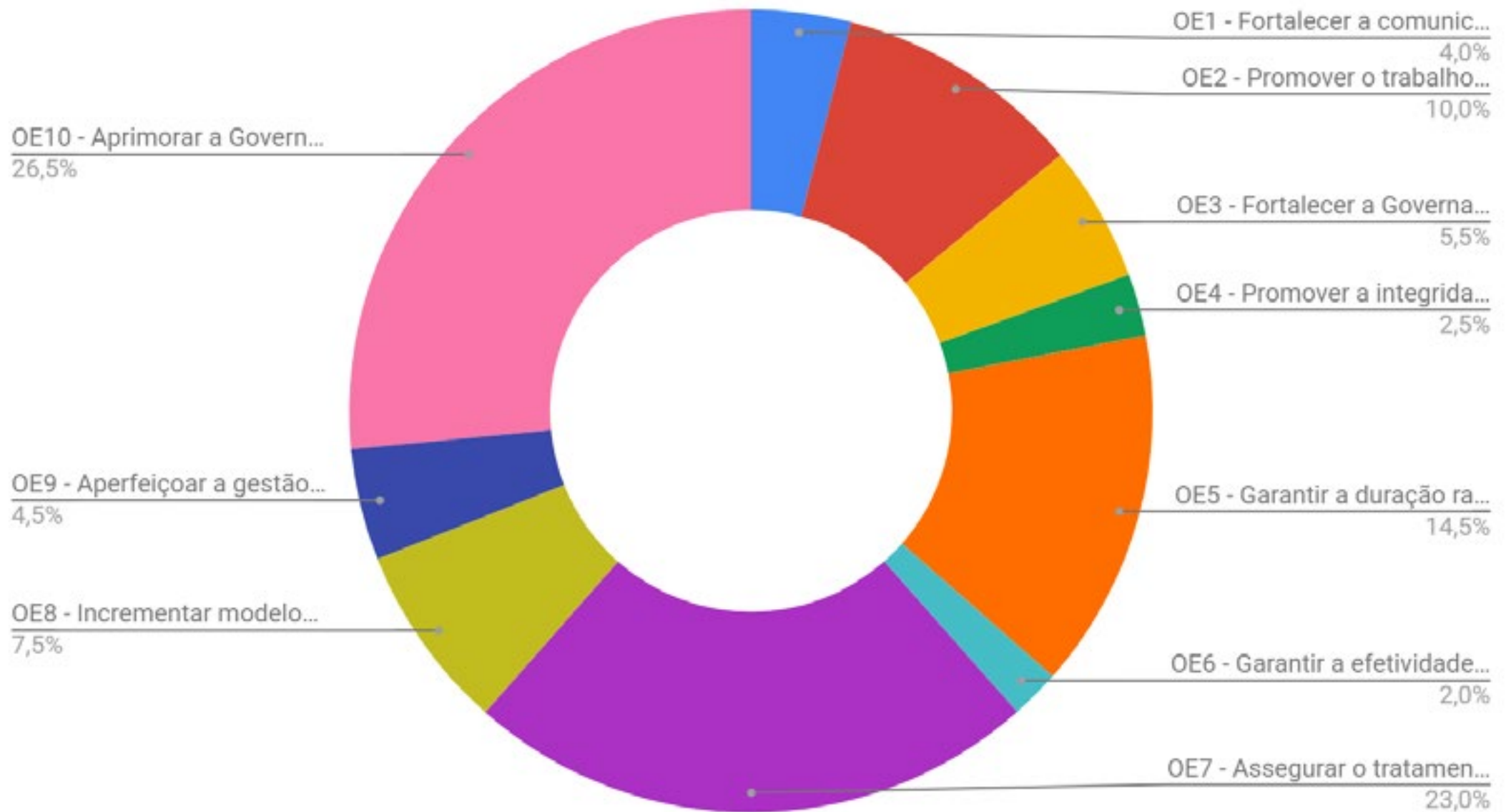
2021

CAPACITAÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS - 2022-2026 (dados atualizados até 30/06/2022)	Quantidade de cursos - 1º SEMESTRE/2021	%	Quantidade de cursos - 2º SEMESTRE/2021	2021	%	MAGISTRADOS CAPACITADOS	SERVIDORES 1º GRAU (CAPACITADOS)	SERVIDORES 2º GRAU (CAPACITADOS)	SERVIDORES ADMINISTRAÇÃO CERTIFICADOS (CAPACITADOS)	Nº DE SERVIDORES CAPACITADOS
OE1 - Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	7	7,00%	1	8	4,01%	15	54	5	31	90
OE2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	8	8,00%	12	20	9,99%	39	145	48	180	373
OE3 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica	2	2,00%	9	11	5,48%	19	46	19	81	146
OE4 - Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados	3	3,00%	2	5	2,50%	10	13	7	33	53
OE5 - Garantir a duração razoável do processo	12	12,00%	17	29	14,49%	226	485	172	61	718
OE6 - Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas	2	2,00%	2	4	2,00%	8	89	74	25	188
OE7 - Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas	27	27,00%	19	46	23,02%	308	757	228	263	1.248
OE8 - Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional	7	7,00%	8	15	7,50%	44	280	55	274	609
OE9 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira	3	3,00%	6	9	4,49%	2	0	0	120	120
OE10 - Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados	29	29,00%	24	53	26,51%	54	254	73	276	603
	100	100%	100	201	100%	725	2.123	681	1.344	4.148

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1EWRIsHV9W3Hcl3qkz3Lb7xH4xgym-FzK0a9gbQw57mA/edit#gid=1464028985>

CAPACITAÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 2021

CAPACITAÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 2021



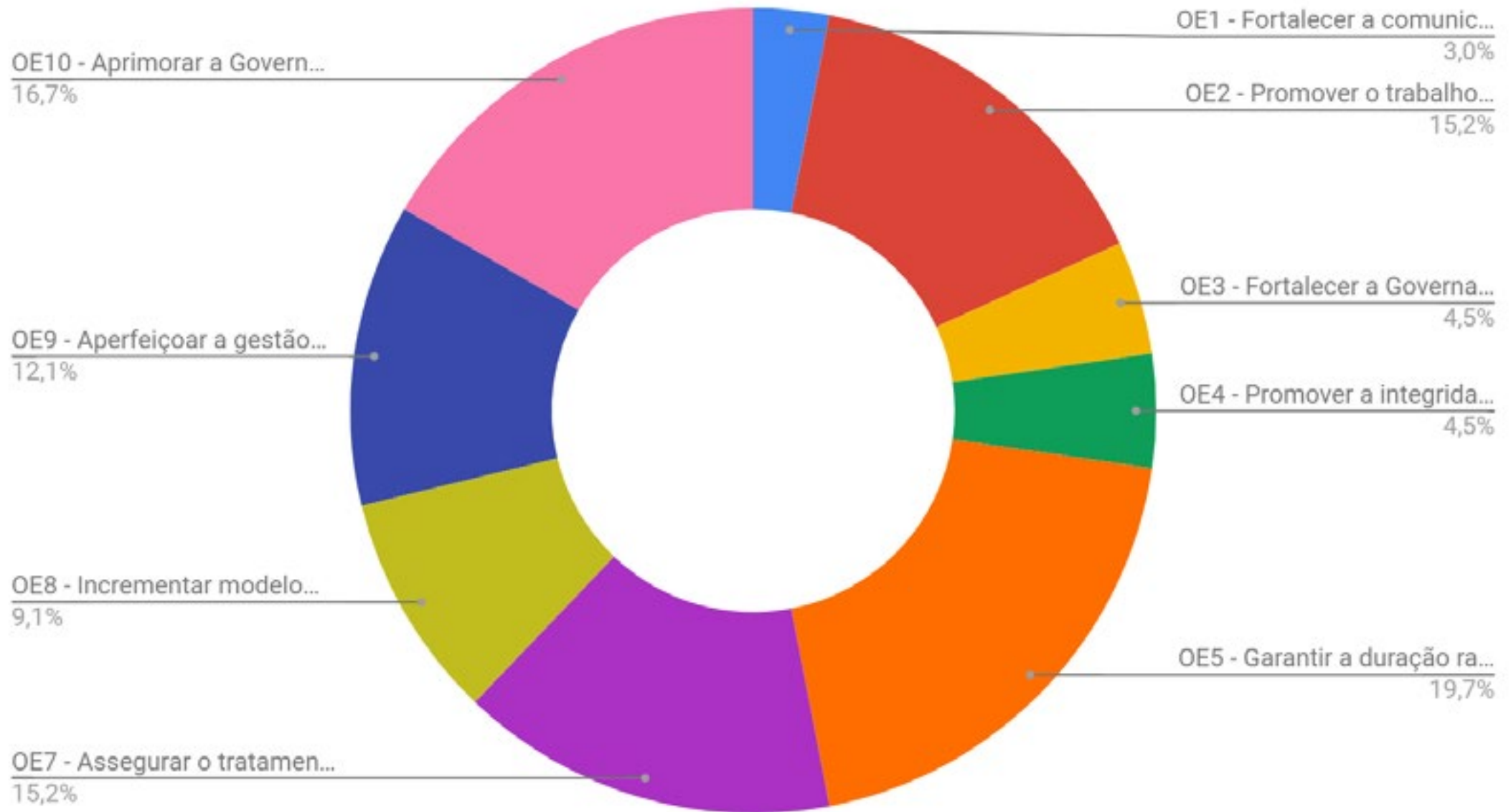
2022 (DADOS ATUALIZADOS ATÉ 30/06/2022)

CAPACITAÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS - 2021-2026	Nº DE CURSOS/1º SEMESTRE	%	Quantidade de cursos - 2º SEMESTRE/2021	2021	%	MAGISTRADOS CAPACITADOS	SERVIDORES 1º GRAU (CAPACITADOS)	SERVIDORES 2º GRAU (CAPACITADOS)	SERVIDORES ADMINISTRAÇÃO CERTIFICADOS (CAPACITADOS)	Nº DE SERVIDORES CAPACITADOS
OE1 - Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	2	3,03	0	2	3,03%	4	7	11	44	62
OE2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	10	15,1%	0	10	15,15%	16	19	17	73	109
OE3 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica	3	4,55%	0	3	4,55%	1	0	0	1	1
OE4 - Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados	3	4,55%	0	3	4,55%	9	2	0	26	28
OE5 - Garantir a duração razoável do processo	13	19,70%	0	13	19,70%	124	266	126	100	492
OE6 - Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas	0	0,00%	0	0	0,00%	0	0	0	0	0
OE7 - Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas	10	15,15%	0	10	15,15%	65	117	30	10	157
OE8 - Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional	6	9,09%	0	6	9,09%	22	31	37	13	81
OE9 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira	8	12,12%	0	8	12,12%	0	0	0	76	76
OE10 - Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados	11	16,67%	0	11	16,67%	13	75	34	87	196
	66	100,00%	0	66	100,00%	254	517	255	430	1202

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1No3IN5gxxAJIP_YLo-BdUvjvLHR0mkHnTGRFysEOicw/edit#gid=1464028985 (dados relativos ao primeiro semestre/2022)

CAPACITAÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 2022

CAPACITAÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 2022



APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

INICIATIVAS

RESULTADOS ALCANÇADOS

Treinamento às Unidades Gestoras de Despesas para execução de testes no ambiente de homologação do módulo de Execução Financeira do SIGEO.

Homologação efetuada e início das atividades para liberação do módulo no ambiente de produção, o que possibilitará o atendimento da EFD-Reinf e das exigências das novas legislações impostas.

Estudos para implantação do sistema de suprimento de fundos e orientações aos supridos.

Padronização e facilidade na prestação de contas, ateste e emissão de recibos, no caso de prestação de serviço de pessoa física.

Nova Política de Governança e Gestão Orçamentária e de Contratações ([Resolução Administrativa nº 132/2021](#)).

Conformidade com a Política de Governança das Contratações no Poder Judiciário (Resolução nº 347/2020 do CNJ).

Implantação do pagamento, por meio do módulo Assistência Judiciária do SIGEO, dos profissionais nos processos que envolvam assistência judiciária gratuita.

Cumprimento do disposto na Resolução CSJT nº 247, de 25 de outubro de 2019, padronizando e aprimorando o controle das informações pertinentes às atividades de contratação de profissionais prestadores de serviços e dos pagamentos nos casos de assistência judiciária gratuita.

Atualização das formas de controle do acompanhamento orçamentário, tais como, a planilha que demonstra a execução do orçamento e a atuação do Comitê de Contratações.

Permitiu um controle efetivo com o SIGEO no acompanhamento da execução orçamentária e possibilitou a melhoria das informações disponibilizadas durante a realização de reuniões periódicas com os gestores de contratações. Estas medidas viabilizaram o resultado alcançado de 99,41% no Índice de Cumprimento da Emenda Constitucional nº 95/2016 - ICEC95 e 99,99% no Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias - IEDD.

INICIATIVAS

RESULTADOS ALCANÇADOS

Implantação de novas versões do módulo de Execução Financeira do SIGEO/JT

Em 31 de março de 2022 foi implementada a versão 1.2 do módulo Execução Financeira do SIGEO, sendo disponibilizadas as funcionalidades do indicador de obrigatoriedade ou não de retenção previdenciária na contratação (parametrização prévia imprescindível para coleta de dados previdenciários das informações tributárias, visando o cumprimento das obrigações previstas a partir de agosto de 2022 da EFD-Reinf), e a conciliação das liquidações (Nota de Pagamento e Recibo de Pagamento) realizadas no SIAFI com os dados inseridos no módulo de Execução Financeira.

Disponibilização, em formato de relatório, da informação a respeito do Planejamento Estratégico, contida nos itens de execução do módulo Planejamento e Acompanhamento do SIGEO/JT.

Permitiu o aprimoramento do alinhamento da execução orçamentária com os objetivos estratégicos do Tribunal.

Automatização dos cálculos referentes à baixa de Remuneração no Período de Férias e aos provisionamentos de férias e 13º salário, por meio de relatórios criados no PowerBi pela Secretaria de Tecnologia da Informação deste Tribunal, com integração de dados extraídos do FolhaWeb e do SIGEP, em consonância com a Macrofunção SIAFI 02.11.42 - Folha de Pagamento.

Apuração de valores mais fidedignos e elaboração de relatórios mais consistentes, considerando a utilização da mesma base de dados, além de automatizar um procedimento proporcionando maior agilidade no trabalho.



JUSTIÇA DO TRABALHO
PORTAL DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
PROGRAMA SIGEO-JT



Acompanhamento e orientações às Unidades Gestoras de Despesas para inclusão e alterações de dados no SIGEO, módulo Planejamento e Execução Orçamentária

Homologação e liberação do módulo em produção. Esse módulo é destinado à gestão e coleta de dados para a realização de transações financeiras do SIAFI, envio da EFD-Reinf e acompanhamento das contratações no âmbito da Justiça do Trabalho.

Implantação do módulo Execução Financeira do SIGEO

A convite do CSJT, o TRT-18 foi o regional “piloto” na JT para implantação do módulo Execução Financeira do SIGEO. A versão inicial permite aos usuários externos (fornecedores) manter seus dados atualizados, enviar documentos fiscais, acompanhar os pagamentos, bem como visualizar suas ordens bancárias, entre outras funcionalidades. Aos usuários da JT, o sistema padroniza a forma de recebimento de documentos fiscais, permite a impressão de documentos do SIAFI e faz a verificação de validade automatizada das notas fiscais eletrônicas, modelo 55, no site da Fazenda.



Treinamento in company e completo sobre a nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021).

Foi difundido entre os servidores que atuam nas contratações as diretrizes da Nova Lei de Licitações e Contratos, inclusive sobre governança nas contratações, para o aperfeiçoamento das etapas e processos de licitação e contratos. Criação de grupo de trabalho para empreender estudos visando à implantação da Lei nº 14.133/2021 no TRT 18.

Atualização dos normativos internos e dos modelos de artefatos das contratações, aprimoramento dos procedimentos internos, e ainda, estudo, discussão e alinhamento sobre as disposições importantes trazidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos.

APRIMORAR A GOVERNANÇA DE TIC E A PROTEÇÃO DE DADOS	
INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Eliminação de vulnerabilidades identificadas em soluções de TIC.	Redução significativa do risco de exploração de vulnerabilidades nos sistemas disponibilizados pelo TRT-18 em virtude do uso de bibliotecas e/ou componentes defasados e com falhas de segurança.
Elaboração do Plano Diretor de TIC.	O Plano Diretor de TIC (PDTIC) possibilita o alinhamento entre o Planejamento Estratégico Institucional do TRT18 (PEI-TRT18), o Plano de Gestão 2021-2023 do TRT18, o Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho (PE-JT) e a Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD). A partir desta ordenação é possível diagnosticar, planejar, priorizar e gerir recursos e processos de Tecnologia da Informação que visam atender às necessidades tecnológicas e de informação do Tribunal para o biênio 2021-2022. Constam como anexos do PDTIC o Plano de Projetos de TIC, o Plano de Contratações de Soluções de TIC, a Proposta Orçamentária Prévia de TIC e o Plano de Capacitação de TIC.
Implantação do PJE Mídias.	Disponibilização da gravação de audiências em um local seguro, permitindo o acesso de usuários para consulta a qualquer momento.
Adoção da Ferramenta Zoom.	A ferramenta permite uma padronização para a realização de audiências e sessões de julgamento nos órgãos da Justiça do Trabalho, em conformidade com o Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 54/2020.
Aumento do link de internet da Capital em 150% e contratação de links exclusivos de internet para as cidades de Anápolis, Aparecida de Goiânia e Rio Verde viabilizando instalação de rede sem fio nestas localidades.	Propiciar velocidade de acesso à internet, tanto para rede cabeada, quanto para a rede sem fio nestas localidades, sem competir com o tráfego do PJe e de outras ferramentas corporativas.
Desenvolvimento do aplicativo “Conte Conosco”.	É o primeiro aplicativo desenvolvido pela equipe técnica do TRT18 para dispositivos móveis. O aplicativo está disponível para acesso por magistrados, servidores e população em geral, contendo vídeos, notícias, podcasts e questionários sobre saúde física e mental.
Implantação dos painéis de apregoamento e mídia indoor nas VTs do interior do estado.	Foi concluída a implantação dos painéis de apregoamento e de mídia indoor nas varas do trabalho do interior do estado, facilitando a visualização das pautas para as partes e advogados e mostrando informações relevantes do Tribunal nestas unidades.
Melhoria do sistema de refrigeração da sala cofre em 20%.	Foi instalado o enclausuramento do corredor frio da Sala Cofre propiciando um ganho de eficiência de 20% e permitindo o funcionamento regular do sistema durante os meses mais quentes do ano.

Upgrade da memória física dos servidores de processamento de dados em 40%.	Foram adquiridos 5.8 TeraBytes de memória RAM visando homogeneizar o consumo de memória e de CPU dos servidores físicos do DataCenter. Esse upgrade propiciou ganho de performance dos serviços, melhoria da experiência do usuário no Gabinete Virtual e a economia na aquisição e no suporte das licenças de software em produção.
Formalização do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais - CGPD (Portaria TRT-18ª GP/SGP n. 151/2022); Criação da Gerência de Segurança da Informação - específica para o tema (Portaria TRT-18ª GP/DG/SGPE n. 78/2022); Definição dos planos para implantação da LGPD; e Criação de uma página no sítio eletrônico do TRT-18 que concentra informações sobre a implementação da LGPD no Tribunal, bem como disponibiliza formulário de exercício de direitos.	Com intuito de atender os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018, importantes ações foram definidas. A formalização do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais permitiu aprimorar os estudos, discussões e proposição de medidas voltadas ao cumprimento da referida lei. A Gerência de Segurança da Informação, unidade recém criada e responsável pela segurança da informação e pela proteção de dados, permitirá a aplicação de diretrizes e o monitoramento das ações planejadas, além de fortalecer a implantação e divulgação da LGPD dentro do órgão. A definição do plano de ação aprovado pelo CGPD foi o ponto de partida para execução dos trabalhos voltados ao atendimento dos requisitos da Lei nº 13.709/2018. Por fim, o espaço específico reservado no sítio do tribunal possibilitará a divulgação e o acesso a documentos relacionados à LGPD.
Avaliação da segurança de integração de sistemas.	Tendo em vista a constante preocupação com a segurança cibernética, foi realizado o mapeamento das integrações entre os principais sistemas mantidos pelo TRT-18. Foram cadastradas demandas para adequação para aqueles sistemas em que a integração existente utiliza protocolos inseguros ou não possui autenticação quando trafegam dados que devam ser privados, de modo que todas as integrações sejam aderentes aos requisitos mínimos de segurança.
Otimização do Copernic.	Reconfiguração do servidor para indexar apenas as pastas das unidades de rede, G e X, referentes aos Gabinetes e Turmas (2º grau), com o objetivo de reduzir o tempo de retorno das buscas no servidor de indexação do Copernic.



Instalação de toda infraestrutura de TI necessária para o funcionamento dos computadores no Complexo Trabalhista, tais como: Pontos de Acesso de Rede sem fio, DataCenter Secundário, Swit-ches de Rede, ativação de pontos.

Propiciar o trabalho de qualidade, nos mesmos moldes já implantados no Fórum Trabalhista



Criação do Setor de Segurança Operacional e aplicação de diversas medidas de segurança na autenticação de usuários e na transmissão e armazenamento de dados, dentre outras.

Mitigação da possibilidade de invasão por hackers e melhora do monitoramento em tempo real de comportamentos suspeitos no ambiente informatizado do Tribunal.



Reconfiguração do layout dos ativos do DataCenter e conclusão do Plano de Continuidade de Serviços Essenciais de TIC - Primeira Etapa

Identificação dos ativos e testes práticos simulando cenários de pane nos principais equipamentos e caminhos de comunicação de dados do datacenter. Várias oportunidades de melhoria foram identificadas e diversas delas já foram aplicadas com o objetivo de que os serviços não sejam interrompidos e, em caso de indisponibilidade, que o restabelecimento se dê dentro dos prazos esperados.



RFID para Controle Patrimonial

Solução de software que, utilizando um equipamento de Identificação por Radiofrequência (RFID), é capaz de listar os itens patrimoniais presentes em um local, podendo importar e exportar dados para o Sistema de Controle de Material de Patrimônio (SCMP).



Participação no desenvolvimento do PROAD - Sistema Nacional para Tramitação de Processos Administrativos

O PROAD é adotado em cerca de 20 Regionais Trabalhistas e há previsão de sua implantação no TRT-18 ainda no ano de 2022. Por este motivo, o Tribunal participou, de forma colaborativa com o TRT-12, no desenvolvimento de funcionalidades para a versão 4.5.0 do PROAD, lançada em dezembro de 2021. Essa versão inclui itens essenciais para viabilizar a implantação desse sistema no TRT-18, tais como o mecanismo de revisão de documentos, visualização sequencial de documentos, gerenciamento de sigilo dos processos e controle da numeração de atos normativos.



Aumento de 66,7% na banda dos links MPLS do interior do estado (6Mbps para 10Mbps)

Melhoria do acesso aos sistemas corporativos.



Melhoria da segurança cibernética do Tribunal

Diversas ações foram realizadas com o objetivo de diminuir o risco de ataques cibernéticos no Tribunal. Destaque para a autenticação de 2 fatores.



Renovação do parque de equipamentos de microinformática com a aquisição de 100 desktops, 339 notebooks e 113 monitores.

- Ganho de produtividade: ganho em processamento. Há uma crescente necessidade de busca de melhoria da tecnologia e aproveitamento eficiente dos recursos, com especial atenção ao quesito processamento, objetivando agilizar cada vez mais os procedimentos que facilitam o processo judiciário;
- Redução de custo: os novos equipamentos possuem garantia de 36 meses, reduzindo custos de realização de contratos de manutenção e/ou peças de reposição;
- Redução de riscos: O contrato com garantia de aquisição possibilita garantir o pleno funcionamento dos equipamentos sem os pormenores do contrato de manutenção ou da ausência dele.

FORTALECER A GOVERNANÇA E A GESTÃO ESTRATÉGICA	
INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Incremento no sistema “Hórus 18”.	Atualização do Módulo de Metas CNJ/CSJT com a inclusão da nova Meta 5 do CNJ, qual seja, Taxa de Congestionamento Líquida.
Elaboração do Plano de Gestão 2021/2023.	Definição das iniciativas que serão priorizadas e desenvolvidas durante a Gestão 2021/2023.
Plano de Gestão 2021-2023 - conclusão das seguintes iniciativas: - Desenvolvimento de competências nos eixos Pessoas e Apoio Judiciário; - Aplicativo Conte Conosco; - Plano de Ação de Acessibilidade; - Desenvolvimento de painéis de Business Intelligence (BI) para a área de Saúde e Escola Judicial do TRT18; - Política de Diversidade, Equidade e Igualdade de Gênero; e - Política de Sucessão do TRT-18.	Iniciativas que impactam significativamente os objetivos do Plano Estratégico Institucional 2021-2026, contribuindo para o cumprimento da missão institucional e alcance da visão organizacional.
Sistema de Boas Práticas.	Organização e divulgação das boas práticas e melhores ideias do Tribunal para incentivar, valorizar e premiar a inovação, o conhecimento e otimização de ações e rotinas do órgão, visando melhorar o seu funcionamento e a qualidade de vida dos seus integrantes e usuários.
Realização de quatro Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs).	Acompanhamento da implementação da estratégia por meio do monitoramento dos indicadores, metas e iniciativas constantes do Planejamento Institucional.



Elaboração, aprovação e publicação do Plano Estratégico 2021/2026

Definição da identidade organizacional do TRT18 e seus objetivos estratégicos, indicadores e metas para o ciclo 2021/2026.



Prêmio CNJ de Qualidade DIAMANTE

O TRT-18 foi premiado na categoria DIAMANTE no Prêmio CNJ de Qualidade 2021, que englobou quatro eixos temáticos: governança; produtividade; transparência; e dados e tecnologia.



Instituição do Laboratório de Inovação e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no âmbito do Tribunal – LIODS-TRT18, por meio da Portaria TRT18 GP/SGGOVE nº 1032/2021.

Criação de um espaço criativo e colaborativo para o desenvolvimento de novas ideias, práticas, novos produtos, processos, tecnologias ou a aplicação de melhorias que gerem diferencial e valor à Justiça do Trabalho, e fomentar a integração à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) para sustentabilidade do planeta e desenvolvimento da sociedade.

Formação de um banco de laboratoristas de forma a atender aos requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade 2022.

34 laboratoristas inscritos, entre servidores e magistrados.

Regulamentação do Prêmio Melhores Ideias 2022 no âmbito do Tribunal (Portaria TRT18 SGP/SGGOVE nº 533/2022).

Inscrição de 46 ideias para o Prêmio Melhores Ideias 2022.

PROMOVER A INTEGRIDADE E A TRANSPARÊNCIA EM RELAÇÃO AOS ATOS DE GESTÃO PRATICADOS

INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Aprovação do Plano Anual de Gestão de Riscos - 2021.	Escopo estabelecido para realização das atividades de gestão de riscos no ano corrente, levando em consideração processos de negócio prioritários do TRT18.
Revisão da metodologia, fluxograma e manual de Gestão por Processos.	Metodologia atualizada de modo a corresponder com a atual maturidade do TRT-18 em relação a Gestão por Processos, que tem como objetivos aperfeiçoar, melhorar e inovar os procedimentos operacionais dos processos de trabalho do Tribunal, como forma de garantir a consecução dos objetivos institucionais.
Relatório com análise das instâncias de integridade do Órgão.	Relatório final – encaminhado à Presidência - das análises conduzidas por um grupo de trabalho instituído para verificar a situação das estruturas necessárias à execução do Programa de Integridade no TRT 18ª, tais como grau de independência dessas, número de servidores para os seus adequados funcionamentos, existência de orçamento adequado, dentre outras. Além das análises, foram apresentadas sugestões de melhoria, a fim de que haja plena execução do Programa.
Manual de Riscos de Privacidade	Mapeamento dos processos de trabalho relativos à aplicabilidade da LGPD, bem como dos riscos de privacidade associados.



Elaboração da primeira versão do Plano de Continuidade de Negócios (PCN)

Propicia resiliência diante da ocorrência de incidentes que acarretem na interrupção de atividades prioritárias do TRT18.

Palestra “Integridade na Administração Pública: Governança, Ética e Compliance”

Disseminação da cultura de integridade, com foco em sensibilização de magistrados e servidores sobre o tema, de modo a prevenir situações de fraudes, corrupção e desvios de conduta, e manter a ética.

Aprovação da versão 2.0 do Programa de Integridade

Atualização dos elementos constantes do Programa de Integridade, após seu primeiro biênio de vigência.

GARANTIR A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO

INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Portaria TRT18 SGP/SCR/SGJ Nº 658/2021.	Instituição de procedimento para notificação e intimação das partes, por Oficial de Justiça, mediante aplicativo de mensagem WhatsApp.
Implementação do modo de pagamento do Sistema AJJT - Pagamento dos Honorários Periciais via Sistema SIGEO - AJ-JT.	Maior controle, transparência e celeridade nos pagamentos dos honorários e respectivos recolhimentos dos encargos fiscais.
Convênio com a Telefônica Brasil S.A. - VIVO - que tem por objeto permitir o acesso, via WEB, a magistrados e servidores públicos do TRT-18 ao sistema eletrônico denominado PORTAL JUD da VIVO.	O acesso às informações dos dados cadastrais da base móvel junto à empresa proporciona maior celeridade às execuções.
Controle e-Acesso - Controle do cadastro dos magistrados e servidores nos Convênios e Sistemas disponíveis.	Agilidade no cadastro dos usuários, potencializando a utilização dos sistemas e, por conseguinte, dando maior celeridade na tramitação dos feitos.
Retificação do cadastro das partes com pendências no DATAJUD.	Obtenção de premiação máxima no Prêmio CNJ de Qualidade, neste tópico, bem como melhoria da assertividade das certidões expedidas on-line e ainda na tramitação dos feitos, execuções, já que o sistema dependem da informação dos CPF/CNPJ dos devedores.
Projeto de Migração dos cálculos dos sistemas para o PJe-Calc.	Concentração das atualizações dos cálculos no mesmo sistema; obtenção de lista de devedores pelo valor do débito; descontinuação do sistema legado; e interligação com sistema automatizado de bloqueios - SAB (substituto do SABB - Robô do BACENJUD).
Disponibilização do Sistema de Designação de Oitiva de Testemunhas por Videoconferência - SISDOV - Provimento CGJT Nº 3.	Maior agilidade para a designação de audiência para oitiva de testemunhas (Carta Precatória) pelo Sistema Nacional, para uso de todos os Tribunais Trabalhistas.
Adesão à PDGP - Plataforma Digital do Poder Judiciário.	Possibilita a convergência dos sistemas criados por outros Tribunais; incentivo e fomento de desenvolvimento colaborativo dos sistemas públicos existentes; e fortalecimento da interoperabilidade entre sistemas diversos.
Instituição da alienação judicial eletrônica, regulamentada pelo Provimento SCR Nº 2/2022	Realização dos Leilões Judiciais, exclusivamente, por leiloeiros oficiais credenciados.
Portal de Praças e Leilões - Desenvolvimento do Sistema para cadastro e credenciamento dos Leiloeiros - cumprimento do Provimento SCR Nº 2/2022 e Resolução CNJ 236/2016.	Disponibilização de primeira versão com o cadastro dos leiloeiros; desenvolvimento de segunda versão com a divulgação dos editais, pesquisa por datas de praças e leilões, pesquisa de bens e disponibilização de fotos dos bens penhorados, se existentes.
Convênio TIM S/A para disponibilização via WEB, do Sistema Eletrônico INFOTIM	Permitir o acesso, via WEB, para magistrados, desembargadores e servidores do TRT 18ª, ao sistema eletrônico INFOTIM, com objetivo de automatizar as solicitações de informações dos dados cadastrais e de registros de fluxos e dados dos clientes TIM



**Implantação do “Juízo 100% Digital” -
Portaria TRT 18ª SGP/SGJ Nº 896/2021**

Extensão ao cidadão de maior acesso à Justiça, pois possibilita que os atos processuais sejam praticados exclusivamente por meio eletrônico e remoto.



Conclusão da migração de 100% dos processos em tramitação no 1º Grau de Jurisdição para o PJe

Evita o retrabalho, uma vez que as unidades judiciárias podem trabalhar apenas no PJe e permitir a continuidade do projeto de descon-tinuação dos sistemas legados.



Central de Execução das Pesquisas via API (Application Programming Interface - Interface de Programação de Aplicativos) nos sistemas SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural e SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária.

Possibilita a pesquisa, em lote, de imóveis do (a/s) devedor (es/as) com as respostas em segundos.

GARANTIR A EFETIVIDADE DO TRATAMENTO DAS DEMANDAS REPETITIVAS	
INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Curso e Cartilha sobre Movimentos de Suspensão.	Realização pela Gerência de Precedentes, Jurisprudência e Ações Coletivas, em conjunto com a Escola Judicial do TRT18, no dia 03/05/2021, de capacitação para os servidores sobre o sistema de precedentes e sobre os movimentos de suspensão processual adequados. Na ocasião, foi distribuída Cartilha de Movimentos de Suspensão aos participantes. Posteriormente, as Cartilhas foram enviadas para todas as unidades judiciárias do Tribunal.
Curso Aplicação do IRDR na Justiça do Trabalho: perspectivas, benefícios e questões práticas.	A Escola Judicial do TRT18 promoveu o curso em questão, que foi ministrado pelo Juiz do Trabalho da 4ª Região, Cesar Zucatti Pritsch. O curso contou com a participação de Desembargadores, Juizes e servidores do Tribunal.

Expedição do OFÍCIO-CIRCULAR TRT18 CGPUJAC Nº 001/2021 e Reunião para orientação aos Excelentíssimos(as) Senhores(as) Desembargadores(as) e Assessores(as) do TRT-18 sobre análise prévia ao sobrestamento de processos em decorrência de suspensão determinada em autos de procedimento de formação de precedentes qualificados.

Orientação aos Desembargadores(as) e Assessores(as) no sentido de que, evidenciada a hipótese de suspensão determinada em autos de Repercussão Geral, Recurso de Revista Repetitivo, Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidente de Assunção de Competência, evitem esforços para que seja realizada a prévia análise dos pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal e da plausibilidade das eventuais nulidades alegadas pelas partes, evitando, assim, o sobrestamento desnecessário de processos.



Alteração do Grupo de Trabalho de Precedentes

O Grupo de Trabalho para fortalecimento do sistema de precedentes judiciais criado pela Comissão Gestora de Precedentes, Uniformização de Jurisprudência e Ações Coletivas, foi alterado pela Portaria TRT18 NUGIC n.º 149/2022, para ampliar a participação de servidores, passando a contar com um servidor representante de cada um dos gabinetes. O grupo foi constituído por prazo indeterminado com previsão de realização de, no mínimo, 10 reuniões anuais. No primeiro semestre o grupo realizou 5 reuniões.

Reestruturação do Centro Regional de Inteligência do TRT-18

O Centro Regional de Inteligência Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região foi redefinido em 2022, pela [PORTARIA TRT 18ª SGP Nº 322/2022](#), segundo a [Resolução nº 312/2021](#) do CSJT.

O Centro Regional de Inteligência é o âmbito de atuação judicial com estratégia para favorecer a racionalização da prestação jurisdicional. Dentre seus objetivos busca-se o fomento à gestão e formação de precedentes qualificados, bem como o monitoramento das lides que ingressam na justiça, favorecendo ao Poder Judiciário atuar de forma a mitigar o litígio já na sua origem.

A Unidade de Apoio Executivo (UAE) do Centro Regional de Inteligência é a Gerência de Precedentes, Jurisprudência e Ações Coletivas (GPJAC).

Homologação do sistema de pesquisa jurisprudencial do TRT-23.

Utilização de ferramenta de pesquisa de jurisprudência moderna, produzida por um acordo de cooperação técnica do TRT-23 com o TST.

FORTALECER A COMUNICAÇÃO E AS PARCERIAS INSTITUCIONAIS

INICIATIVAS

RESULTADOS ALCANÇADOS

Uso de fachada do Tribunal para projeção de imagens e frases de impacto social.	Utilizada especialmente em datas comemorativas, reforça o compromisso social e com a diversidade do Tribunal, estreitando seu relacionamento com a sociedade. As projeções reforçam a imagem da instituição, uma vez que elas foram noticiadas por veículos da grande imprensa, como a Tv Anhanguera no Dia Mundial do Doador de Sangue.
Participação ativa da Presidência e da Comunicação Social nas destinações de verbas de Ações Cíveis Públicas, como na distribuição de cestas básicas e nas doações para órgãos governamentais e entidades da sociedade civil organizada, como a doação de veículo à Prefeitura de Goiânia.	Trata-se de uma forma de estabelecer parceria institucional com as entidades que recebem esses recursos, como a OVG e a CUFA. Fortalece o compromisso social do Tribunal e estreita seu relacionamento com a sociedade. Tais destinações e doações, por terem participação ativa da Presidência e da Comunicação Social, ajudam na conquista de espaço na mídia, tendo algumas dessas iniciativas sido veiculadas na Tv Anhanguera e TBC, por exemplo.
Pesquisa de Satisfação dos Usuários do TRT da 18ª Região 2020.	Entrega, mediante colaboração de empresa especializada contratada, do resultado da 9ª Pesquisa de Satisfação dos Usuários Externos do TRT da 18ª Região 2020.
Inserção de janela de libras ao programa de Tv Hora Extra, produzido pelo TRT-18.	Inclusão e acessibilidade de pessoas surdas e com deficiência auditiva ao conteúdo veiculado no programa Hora Extra, exibido nas emissoras Tv Justiça, Tv UFG, Tv Assembleia e Fonte Tv.
Aprovação do Plano de Gestão da Comunicação.	Publicado em dezembro de 2021 documento contendo objetivos, metas e iniciativas na área de comunicação social que contribuem para alcance das metas estratégicas do Tribunal, permitindo acompanhamento e monitoramento constante daquelas metas.
Inserção de legendas instantâneas nos cursos, palestras e eventos desde agosto de 2021.	Inclusão e acessibilidade de pessoas surdas e com deficiência auditiva ao conteúdo transmitido ao vivo de palestras, cursos e eventos realizados pelo Tribunal.
Inserção de audiodescrição nas edições do Programa Hora Extra veiculado na Tv Justiça.	Inclusão e acessibilidade de pessoas cegas e com deficiência visual ao conteúdo veiculado no programa Hora Extra, exibido na emissora Tv Justiça (única com suporte para a inserção de audiodescrição).
Realização da Feira das Mães, a primeira após a pandemia, na área coberta externa dos novos blocos do Complexo Trabalhista.	Sociabilização e valorização do artesanato local e proveniente de entidades beneficentes. Divulgação institucional.
Criação de painéis visuais de exibição dos indicadores contidos no Plano de Comunicação no sistema Power BI	Criação, em parceria com a Secretaria-Geral de Governança e Estratégia, de dashboards gráficos exibindo a medição dos indicadores de comunicação, sua comparação com a meta estipulada, a evolução do valor acumulado anualmente e a performance mensal de cada indicador. Link

Parceria com a Ouvidoria para atendimento direto das dúvidas e reclamações encaminhadas pelas redes sociais, a partir do modelo utilizado no Tribunal Superior do Trabalho.

Reforço do relacionamento com a sociedade e presteza na resposta solicitada pelos usuários.



Parceria com Tv UFG para exibição do programa Hora Extra em dois horários semanais

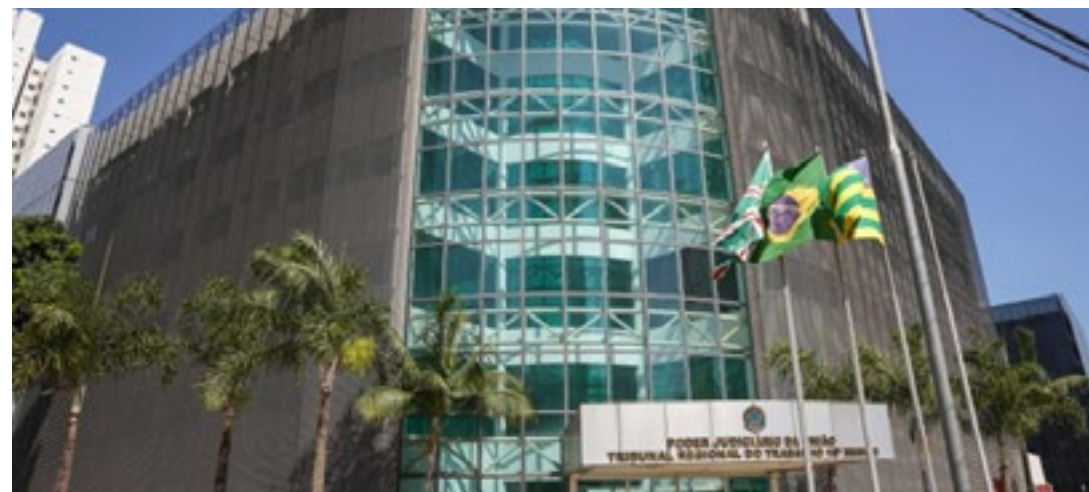
Maior alcance público das atividades desenvolvidas pelo Tribunal e noticiadas no telejornal, bem como de questões amplas relacionadas ao mundo do trabalho, especialmente porque a emissora tem exibição em sinal da Tv Aberta, não apenas de TV por Assinatura. (Maiores detalhes podem ser vistos por meio da matéria <https://www.trt18.jus.br/portal/hora-extra-tv-ufg/>).

Estreitamento do relacionamento do TRT-18 com a sociedade.



Regulamentação, para o atendimento ao usuário, de Plataforma de Videoconferências - Balcão Virtual - [Portaria TRT 18ª SGP/SGJ Mº 414/2021](#)

A Plataforma de videoconferência, destinada ao atendimento de usuários internos e externos, propicia manutenção de canal permanente de comunicação entre os jurisdicionados e as unidades judiciárias simulando, em ambiente virtual, o atendimento presencial prestado nas unidades jurisdicionais durante todo o horário de funcionamento.



[Cessão do edifício Ialba-Luza ao Tribunal Regional Eleitoral \(TRE\)](#)

A medida é resultado da otimização da ocupação dos espaços físicos do Complexo Trabalhista de Goiânia e proporciona o melhor aproveitamento dos recursos públicos e economia de despesas de manutenção (cerca de R\$ 500 mil anuais), além de promover parceria com o TRE e sustentabilidade por racionar o uso dos espaços do Complexo Trabalhista. (Maiores detalhes podem ser vistos por meio da matéria <https://www.trt18.jus.br/portal/trt-cede-predio-do-complexo-trabalhista-para-o-tribunal-regional-eleitoral-parceria-vai-garantir-economia-para-as-duas-instituicoes-e-beneficios-a-sociedade/>).



Intensificação da projeção de campanhas institucionais na fachada externa do Tribunal.

Reforça o compromisso social e com a diversidade do Tribunal, estreitando seu relacionamento com a sociedade. Foram realizadas projeções nas seguintes datas, totalizando oito campanhas:

- Homenagem ao dia da Mulher - 08/03/2022
- Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho - 28/04/2022
- Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - 18/05/2022
- Dia da Adoção - 25/05/2022
- Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil - 10/06/2022
- Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil - 12/06/2022
- Doação de Sangue - 14/06/2022
- Dia do orgulho LGBTQ+ - 28/06/2022



Priorização de produção de matérias relacionadas às atividades jurisdicionais, aos serviços e às estatísticas de produtividade, alcançando percentual mínimo de 50% do total de matérias publicadas no site.

Dar visibilidade para decisões de primeiro e segundo graus priorizando a prestação de serviços relacionada à atividade-fim.

Aprovação do Plano de Ação de Acessibilidade.

Projeto aprovado pela Comissão de Acessibilidade e Inclusão, em que são descritas ações referentes à promoção da acessibilidade, em suas diversas vertentes, no âmbito do Tribunal.

Aprovação da Política de Diversidade, Equidade e Igualdade de Gênero.

Regulamentação da temática da diversidade, por meio da RA nº 49/2022, que institui a Política, com o intuito de assegurar que a diversidade e a igualdade sejam implementadas nas atividades e ações deste Tribunal.

Café Seguro - Piracanjuba e Caramuru.

Projeto promovido pelo Programa Trabalho Seguro e reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça como boa prática, que tem por objetivo dialogar com empresas, levando informações a respeito da importância da prevenção de acidentes e doenças de trabalho. No primeiro semestre de 2022 ocorreram 2 edições do projeto nas empresas Piracanjuba e Caramuru.



Instalação de energia fotovoltaica nas Varas do Trabalho de Caldas Novas, Catalão, Jataí, Quirinópolis, Inhumas, São Luís de Montes Belos, Ceres e Goiatuba.

O uso de energia elétrica é imprescindível à prestação jurisdicional, sendo necessário para iluminação, segurança, refrigeração e uso de diversos equipamentos indispensáveis, como computadores, data center, elevadores, dentre outros.

Com a publicação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que trata do teto de gastos da Administração Pública, tornou-se imperiosa a necessidade de investimentos que visem à redução dos valores gastos com custeio, tais como os investimentos em geração de energia fotovoltaica.

Do ponto de vista ambiental, a geração de energia elétrica por meio de fontes limpas e renováveis, com sistemas de pequeno porte e próximos da carga a ser suprida, contribui para a redução do impacto local sobre o meio ambiente.

Dentre as fontes de energia consideradas limpas e renováveis, a energia solar apresenta-se como uma forma viável para suprir parte do consumo de energia elétrica do Tribunal, fazendo uso da área disponível nas unidades e do recurso solar abundante no estado de Goiás. [Link https://www.trt18.jus.br/portal/energia-solar-caldas/](https://www.trt18.jus.br/portal/energia-solar-caldas/)



6ª Semana de Responsabilidade Socioambiental e Semana de Combate ao Assédio

Evento realizado em formato híbrido, com o lançamento de fórum virtual de discussão sobre assédio na rede Intranet do tribunal e com as palestras sobre saúde mental e assédio no ambiente de trabalho, além da oficina sobre horta doméstica e o retorno da Feira Orgânica.

PROMOVER O TRABALHO DECENTE E A SUSTENTABILIDADE

INICIATIVAS

RESULTADOS ALCANÇADOS

Produção de animação para o Dia do Combate ao Trabalho Infantil, exibido em escolas públicas e nas mídias do Tribunal.

Ampliar a conscientização quanto aos prejuízos do trabalho infantil e estimular a aprendizagem, forma legal e segura de emprego de menores de idade, a partir dos 14 anos, fortalecendo o compromisso de responsabilidade socioambiental do Tribunal.

Readequação dos espaços físicos do Fórum Trabalhista de Goiânia.

Além de estar de acordo com as ações de sustentabilidade empreendidas por este órgão, integra o Plano de Logística Sustentável – PLS ciclo 2021/2026 como uma das ações implementadas com vistas à redução de gastos, sobretudo nos indicadores Energia Elétrica e Água, contribuindo para promover o uso racional dos recursos disponíveis e a economia de gastos públicos.

Campanha de Arrecadação de brinquedos.

Tendo em vista a grande quantidade de crianças vivendo em situações de extrema pobreza e a passagem do Dia das Crianças, o Tribunal lançou campanha para arrecadar brinquedos e livros, que foram doados a crianças em comunidades carentes da grande Goiânia, iniciativa alinhada à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (em especial, erradicar a pobreza).

Palestra com terceirizados sobre assédio moral e sexual.

Evento realizado de forma presencial, direcionado aos(as) trabalhadores(as) terceirizados que atuam no Tribunal, com o objetivo de conscientização sobre a importância do combate ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, bem como para esclarecer as situações que se caracterizam como assédio.

INICIATIVAS QUE CONTRIBUEM COM A MISSÃO DO TRT DA 18ª REGIÃO

INFRAESTRUTURA FÍSICA

INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Alteração de layout para criação de sala de reunião e copa no NUGIC em Goiânia.	Ambiente planejado para melhoria das condições de trabalho.
Adaptação de ambiente para instalação da OAB - Goiânia.	Possibilitar a ampliação da área do CEJUSC.
Troca de telhado e pintura interna da Vara de Luziânia.	Melhorar as condições de estrutura física do prédio, com consequente melhoria nas condições de trabalho.
Correção de vazamentos, recomposição de forros, pinturas e serviços de manutenção nas Varas de Uruaçu, São Luiz de Montes Belos, Jataí, Mineiros, Porangatu, Palmeiras, Pires do Rio, Palmeiras, Valparaíso, Itumbiara e Ceres.	Melhorar as condições de estrutura física dos prédios, com consequente melhoria nas condições de trabalho.
Instalação de grades nas janelas e portas do pavimento térreo do Fórum de Anápolis.	Evitar recorrentes arrombamentos.
Cobertura do espaço destinado à convivência no Complexo Trabalhista.	Possibilitar que o lanche oferecido pela Asjuste-go pudesse ser realizado na área externa.
Adaptação de espaço para instalação da unidade de Cálculos Judiciais em Goiânia.	Ambiente planejado para melhoria das condições de trabalho.
Instalação de película de proteção solar linha Window Blue nas janelas do bloco dos Gabinetes dos Desembargadores.	Melhoria da sensação térmica causada por raios solares no bloco dos Gabinetes dos Desembargadores.
Primeira etapa da reforma para implantação do Centro de Memória no Complexo Trabalhista de Goiânia.	Montagem do Centro de Memória do TRT.



Instalação de sistema de geração de energia elétrica de backup, por meio de grupo gerador, para o auditório Goyazes.

Em caso de desabastecimento de energia elétrica por meio da Concessionária Enel, o grupo gerador aciona automaticamente e alimenta a iluminação e ar condicionado do Auditório Goyazes, impedindo a interrupção dos eventos.

MATERIAL E LOGÍSTICA



Devolução dos imóveis (Edifício Anexo e Edifício Almojarifado) da União para a Superintendência do Patrimônio da União em Goiás (SPU-GO)

Resultado alcançado: economia de despesas de manutenção.

CONCLUSÃO

As iniciativas descritas neste relatório demonstram que esta gestão vem desenvolvendo diversas ações significativas que melhoram o desempenho do Tribunal e o cumprimento de sua missão institucional.

Continuaremos realizando as iniciativas programadas para a Gestão 2021/2023, além de tantas outras que proporcionem melhorias nos serviços prestados pelo nosso Regional.

Daniel Viana Júnior
Desembargador-Presidente
TRT da 18ª da Região



Aquisição de mobiliário, incluída a montagem, para as salas de espera do novo Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC GOIÂNIA).

Prover o CEJUSC GOIÂNIA de boa estrutura física para atender aos cidadãos que procuram a Justiça do Trabalho, enquanto aguardam atendimento às audiências de conciliação.